

Saberes em Comum: a formação de um grupo cultural e a circulação de idéias sobre a colonização da América portuguesa no século XVII.

MILENA FERNANDES MARANHÃO*

Atualmente, diversos historiadores, brasileiros e brasilianistas, dedicam seus estudos a revisitar temas da “história colonial” do Brasil desde há muito tempo discutidos, mas que deixaram explicações e lacunas a serem redescobertas, preenchidas ou modificadas. Dos anos trinta até a década de 1960, as discussões sobre a colonização buscaram entender as possibilidades de desenvolvimento e mudanças do país, a partir de um “sentido”. Desde as explicações oferecidas por Caio Prado Júnior sobre “o sentido da colonização” (JUNIOR, 1942), muitos historiadores se perguntaram sobre a razão de ser da “colônia”, visando explicar o “devir” do atual Brasil. Tendo em vista a idéia de “Pacto Colonial”, as explicações sobre o “Antigo Sistema Colonial” de Antônio Fernando Novais (NOVAIS, 1979) determinaram as discussões historiográficas até pelo menos o final da década de 1980, quando outros objetos de estudo começaram a entrar em cena, tais como aqueles relativos ao gênero, sexualidade, inquisição, movimentos sociais, economia de abastecimento, entre outros.

Acompanhando as tendências mais recentes dos estudos na área, essencialmente no que diz respeito à economia de abastecimento (e a inserção de várias localidades em um todo chamado Império português), a idéia de um “pacto entre partes” foi apresentada em pesquisa de doutorado (MARANHÃO, 2006). Pesquisa que buscou comparar as atribuições de São Paulo e de Pernambuco a partir da análise de sua interação e da necessidade de considerar de forma diferenciada as várias localidades do Impérios, de acordo com os seus contextos próprios. O “pacto entre partes” dizia respeito à alternância de atitudes, entre a recusa e a concessão, nas decisões das Coroas Ibéricas com relação aos pedidos dos colonos. Em contrapartida, os vassalos deveriam cumprir sempre seu dever auxiliando a manutenção do Império, das mais variadas maneiras, desde produzir e buscar riquezas (açúcar e ouro, por exemplo) até representar o poder régio no âmbito local, via participação nas Câmaras.

* Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP, pesquisadora-colaboradora / bolsista FAPESP.

Os Reis espanhóis e portugueses, durante e após a União das Coroas Ibéricas (1580-1640), tinham a função de “Juizes Supremos” em todas as suas decisões. Ao mesmo tempo, eles também precisavam servir enquanto mediadores de interesses, a fim de manter o equilíbrio necessário ao alicerce de seu Império, sempre com o auxílio de seus funcionários régios, em meio a dificuldades e a existência de muitas contravenções. Mesmo com tais semelhanças entre os interesses de ambas as Coroas, deve-se considerar as diferenças entre os dois Reinos em seus projetos políticos e de colonização, apesar dos acordos entre os Filipes e os nobres portugueses, muitas vezes não cumpridos.

Os desdobramentos desta pesquisa nos levaram a propor uma reflexão acerca das percepções de alguns vassallos da América portuguesa sobre o processo colonizador ao qual estavam sujeitos, buscando compreender os sentidos que eles próprios atribuíam à sua realidade¹. Portanto, o ponto principal que propomos desenvolver está relacionado com o viés cultural da interpretação e da veiculação de imagens e de idéias, ou seja, da própria criação e perpetuação de uma memória sobre a colonização a partir de seus protagonistas. Ao elegermos alguns deles para o desenvolvimento das reflexões, as proximidades entre as idéias divulgadas em seus escritos nos levaram a pensar a formação de um “grupo cultural” entre os mesmos, tema principal deste texto, desenvolvido com mais acuidade nas próximas páginas. No caso, as personagens históricas em questão são: o Sargento mor Diogo de Campos Moreno, o senhor de engenho Ambrósio Fernandes Brandão, os religiosos Frei Vicente do Salvador e Padre Antônio Vieira e os cosmógrafos João Teixeira Albernaz, avô e neto homônimos.

Importa destacar que as percepções de muitos protagonistas da colonização foram incrementadas após 1640, com o fim da União Ibérica. Neste momento, uma nova etapa da geopolítica lusitana foi inaugurada com a clara escolha do Brasil em detrimento do Oriente, o que colocava a América portuguesa no centro das preocupações metropolitanas. Este fator aumentou a produção de informações que indicassem todas as vantagens a serem exploradas nestas Conquistas, a tal ponto que algumas vezes trechos eram suprimidos ou documentos considerados sigilosos. Portanto, nesta pesquisa que atualmente temos desenvolvido no âmbito do Pós Doutorado *interessa-nos apreender*

¹ Pesquisa de Pós Doutorado desenvolvida no IFCH / UNICAMP desde setembro de 2008, com auxílio da FAPESP, intitulada “Os sentidos das conquistas: relatos, retratos e percepções sobre a colonização nas capitanias açucareiras da América portuguesa 1602 – 1672”

certas percepções de alguns protagonistas do processo de colonização na América Portuguesa sobre os “sentidos” dessa colonização, ou seja, sobre as suas funções, vantagens e dificuldades.

O período e as Capitânicas selecionados para a realização desta pesquisa, fazem parte de um contexto específico que é necessário esclarecer. Os marcos temporais eleitos, 1602 e 1672, estão relacionados a duas decisões administrativas tomadas em momentos diversos sobre um mesmo tema, e as Capitânicas açucareiras de Pernambuco e da Bahia, foram escolhidas devido a sua posição de destaque frente à economia do Império. Logo no início do século XVII, em 1602, foi determinado por Filipe II de Portugal, durante o momento de União das Coroas Ibéricas, um cessar de todas as viagens diretas entre os territórios que foram conquistados por Portugal independentes de escalas em Lisboa. Setenta anos depois, ou seja, três décadas após a Restauração do trono português, o Príncipe Regente, futuro D. Pedro II, concedeu liberdade de comércio entre negociantes do Reino, Estado do Brasil, Índias e Ilhas. Este comércio poderia ser feito com toda a costa da África, podendo voltar aos mesmos portos de onde saíram, ou a outros que pertencessem ao Reino.

Segundo José Roberto do Amaral Lapa, a Provisão de 09 de março de 1672 visava “facilitar o que até então fora terminantemente proibido”, marcando “de maneira radical uma mudança de orientação na política econômica portuguesa em relação aos seus domínios”. É importante assinalar que apesar das proibições citadas, as transações entre diferentes partes do Império desenvolveram-se até então em “ritmo razoável e crescente com tolerância legal ou não”, de acordo com os interesses metropolitanos (LAPA, 2000: 256-257). Acreditamos que mudanças nas descrições dessas características podem ser apreendidas durante esse período, no qual houve um deslocamento de interesses econômicos do Oriente Índico para o Ocidente Atlântico, além de um incremento na inter-relação da América portuguesa com a África.

Enfim, as diferentes conjunturas e interesses auxiliam a compreender as mudanças de atitude dos monarcas ibéricos quanto à legislação sobre o comércio ultramarino, e indicam os rumos que os processos de colonização e de exploração estavam tomando. Nesse sentido, temos como objetivo principal no momento investigar a hipótese de que as funções, vantagens e dificuldades do “viver em colônia” descritas em certas fontes, de autoria da lista de protagonistas indicada algumas linhas acima, podem ser tomadas

enquanto uma identidade cultural que unia personagens distintas em propósitos semelhantes.

Entre os registros documentais selecionados para este breve texto, os “veículos propagandísticos” que cumpriam bem a sua função eram constituídos pelas *crônicas, sermões e mapas* escritos / realizados por certos autores em especial, entre religiosos, funcionários régios e cristão-novos, que visavam essencialmente demonstrar aos seus leitores as dificuldades, mas, sobretudo, as possibilidades do “viver em Colônia”. Em outras fontes que também tem sido contempladas na pesquisa, estas de cunho estritamente oficial, forjar a memória significava aos funcionários régios e vassallos que as redigiam, apresentar idéias que contribuíssem para seus pleitos e explicações ao poder metropolitano. Contudo, neste momento, apenas desenvolveremos reflexões com base nos sete autores em destaque.

A idéia de aplicar o conceito de grupo cultural para os protagonistas da colonização em destaque, por sua vez, foi elaborada a partir de uma análise particular e da apreensão de pensamentos em comum presentes em seus escritos ou produções. Assim, se o intuito é constatar a circulação de idéias, a comparação só poderia ser feita, afinal, entre os escritos dos grupo, a partir da leitura e classificação temática dos dados presentes nos mesmos. Para em uma segunda etapa, comparar os tais escritos com a documentação oficial, que em muitos momentos apresenta os anseios, preocupações, descontentamentos e necessidades dos colonos, principalmente nas petições, feitas ao Conselho Ultramarino ou às Câmaras.

Sobre a concepção de “grupo cultural”, para podermos compreendê-la é necessário saber que ela passa por uma discussão teórica da qual Raymond Williams é um dos autores principais. Em artigo no qual há a investigação a propósito de um diferencial, ou uma fração, do “Bloomsbury” (grupo de artistas e acadêmicos da Inglaterra associado ao movimento francês dos Boêmios que existiu entre 1905 e 1945), Williams indicou que a apenas considerar o grupo enquanto sendo de amigos, ou no mínimo, pessoas que se conhecem, não é suficiente (WILLIAMS, 1982: 153) . Para o autor, devem haver também valores compartilhados, além de um sentimento de diferenciação para com “os outros” e a existência de determinada estrutura de sentimentos relativa à construção de uma “consciência social”. Portanto, a definição mais geral de amizade ou conhecimento mútuo que caracterizaria o “grupo cultural” em estudo no Bloomsbury, não era

suficiente, já que havia necessidade de estabelecer também o significado, ou a consciência, social do mesmo, suas propostas em comum e os meios pelos quais havia a identificação e o reconhecimento daquelas pessoas enquanto grupo por eles mesmos (WILLIAMS, 1982: 155 - 157).

Raymond Williams apresentou como portador dessas características uma fração de letrados do período inicial de existência do Bloomsbury. Mas, as dificuldades teóricas e metodológicas para definir as particularidades das contribuições culturais e intelectuais desta fração, nos contextos de sua formação e de seu significado, certamente marcavam presença. O diferencial que atenua tais dificuldades foi designado pelo autor no sentido de que podem existir distinções na formação dos indivíduos analisados, ademais da inexistência de uma “posição geral” (WILLIAMS, 1982: 163 - 166), ou única, diferente da apreensão de uma orientação em comum que os aproximava. Para Williams, tal unicidade não é necessária na apreensão das características do Bloomsbury, já que o grupo era formado por indivíduos que não necessariamente possuíam as mesmas experiências e reflexões em tempo integral.

Para adaptarmos as posições de Raymond Williams quanto ao Bloomsbury e todas as suas especificidades ao nosso estudo sobre a circulação de idéias nas Capitâneas açucareiras seiscentistas, também nos auxiliou a leitura da bibliografia e de parte das fontes. No caso do grupo cultural que destacamos, composto por sete protagonistas da colonização, é certo que seus indivíduos não se viam como um grupo, mas consideramos que orientações em comum em seus escritos e produções os aproximavam. Além disso, constatamos que Diogo de Campos Moreno e Ambrósio Fernandes Brandão tiveram experiências semelhantes, já que ambos participaram de jornadas de conquista (Maranhão e Paraíba). Frei Vicente do Salvador e o Padre Antônio Vieira estavam em Salvador quando da invasão holandesa de 1625, sendo que aquele havia lido a “Razão do Estado do Brasil” e os “Diálogos das Grandezas do Brasil” para escrever o sua obra de História. Os cosmógrafos, tal e qual todos os outros citados, viveram os mesmos contextos de União das Coroas, Restauração e a necessidade de Portugal usufruir das riquezas do Brasil para se fortalecer econômica e politicamente, mesmo que nunca tivessem colocado os pés em terras tupiniquins. Enfim, acreditamos que todas as produções das personagens citadas tinham em comum

fornecer informações sobre as descrições e possibilidades daquele território conquistado.

A utilização do termo “grupo cultural” foi feita com as ressalvas acima, principalmente quanto a não consideração de seus integrantes, por eles mesmos, enquanto grupo, apesar de todos serem, afinal, letrados, o que constituía um diferencial importante no mundo colonial. A leitura e análise dos escritos e produções das personagens selecionadas indicaram outras características que podem ser consideradas como aproximadoras dessas pessoas, em seu intuito de demonstrar as possibilidades do Novo Mundo aos reis ibéricos no sentido de incentivar o reconhecimento do importante papel dos vassalos no processo colonizador, ou seja, na concretização do poderio ibérico em seu Império.

Assim, em 1616 o Sargento-mor do Estado do Brasil Diogo de Campos Moreno escreveu códices ilustrados com mapas e informações sobre todas as Capitanias pertencentes ao mesmo Estado, excluídas as “Capitanias de Baixo”, já que a recém criada Repartição do Sul em 1608 pertencia à alçada de outro Governador. Ao discorrer sobre aquelas conquistas indicou, além das riquezas que produziam, os “bens dos vassalos deste Estado”, os quais incluíam “engenhos, canaviais, roças ou sementeiras, gados, lenhas, escravos que são o fundamento (...) sem os quais não há que tratar em fazendas ou rendas do Brasil” (MORENO, 1968). As cartas que ilustram a edição de 1626 são da autoria de João Teixeira Albernáz, o velho.

Sobre João Teixeira Albernáz, o velho, filho de Luís Teixeira, sabe-se que 1602 recebeu carta de ofício, sendo três anos depois nomeado “cartógrafo da Casa da Índia e Mina”. Algum tempo depois, em 1622, apresentou “uma petição para ser provido no lugar de Cosmógrafo-Mor, tendo sido preterido” por outro cartógrafo. Os motivos que levaram à recusa de seu pedido podem ser apreendidos de uma documentação posterior, já no início da Restauração portuguesa em 1642, quando um parecer sobre o *Atlas do Brasil* produzido por ele advertiu “para erros constantes na primeira carta do referido Atlas, o qual não respeitava a linha de demarcação acordada entre Portugal e Espanha. Concluía [o parecerista] Manuel Pimentel que o livro não tinha mais que boas pinturas e iluminações” (SOUSA, 2002:1).

Apesar da recusa, a oficina deste cartógrafo produziu grande parte da cartografia conhecida acerca do Brasil seiscentista, a produção deste Albernáz foi seguida pela de seu neto, que manteve o rigor e a beleza dos atlas do avô, porém de forma menos

cuidada na maioria dos exemplares. Apesar de os parentes cartógrafos nunca terem conhecido in loco as terras portuguesas na América, eles baseavam seus trabalhos nas notícias e descrições que recebiam, além de utilizarem as cartas padrão, efetuadas à bordo dos navios pelos pilotos.

No contexto da escrita da “Razão do Estado do Brasil”, o sargento mor Diogo de Campos Moreno fez um relatório com o intuito de colocar seus superiores, e a própria coroa espanhola, a par de todas as possibilidades do Estado do Brasil, e também dos gastos que demandavam a sua defesa. Durante os sessenta anos em que a união das Coroas Ibéricas vigorou, os reis espanhóis iniciaram uma coleta de dados fiscais antes não realizada na chamada “América portuguesa”. Este fato não pode ser explicado apenas devido à existência de uma tendência “burocrática e unificadora” de Castela, mas também “ao fato de não estarem familiarizados com a Fazenda do Reino de Portugal, sendo necessário, para melhor controlar a sua administração”, mandar tirar por seus funcionários relatórios sobre tudo quanto houvesse em Portugal e suas colônias para a Fazenda de Espanha (COSTA, 1985: p.3).

O autor da “Razão” havia militado nas guerras da Espanha contra os Países Baixos e chegou a Pernambuco em 1602. Entre muitas idas e vindas à Bahia, Madri, Lisboa e a escrita de uma obra anterior, a “Jornada do Maranhão”, Diogo de Campos Moreno foi incumbido pelo Governador Geral do Estado do Brasil Dom Diogo de Meneses e Siqueira a realizar uma crônica da situação presente naquela localidade, acrescida de estatísticas anuais de arrecadação de oito capitanias, desde Porto Seguro até o Rio Grande do Norte (RODRIGUES, 1979: pp.20-21 e 455). Tanto os escritos do sargento, quanto os mapas de Albernaz que o ilustram apresentam as mesmas conotações: Diogo de Campos Moreno reafirmava a existência de riquezas, tal como Ambrósio Fernandes Brandão no mesmo período, nas primeiras décadas do século XVII, enumerando “os bens dos vassalos deste Estado”, os quais eram: “engenhos, canaviais, roças ou sementeiras, gados, lenhas, escravos, que são o fundamento em que estriba esta potência” (MORENO, 1968).

No caso dos Teixeira Albernaz e suas retratações sobre as Capitanias do Estado do Brasil, nada mais estes cartógrafos reais fizeram do que demonstrar o poderio Ibérico sobre suas possessões na América portuguesa. Na intenção de “ver a amplitude do mundo real numa dimensão que os olhos humanos possam abarcar” (MAGALHÃES,

2009:69), eles contribuíram para retratar momentos de redefinição do Império Ibérico e português, indicando uma estratégia eficiente que marcou o processo colonizador do Brasil: a ostentação do mando e da posse dos territórios conquistados. Os símbolos utilizados pelos cartógrafos para registrar as possibilidades da terra retratada tem relação com o açúcar, e nada mais são do que as construções feitas pelos vassallos, seus engenhos e as vilas habitadas.



Simbolo cartográfico (engenho) no detalhe da “Carta da Bahia de Todos os Santos”, de João Teixeira Albernaz (1626)

Os mapas antigos, referentes à América portuguesa do século XVII, são “imagens visuais (...) [que] influenciam na criação e sustentação de noções de situações históricas”. Circunstâncias nas quais as imagens são utilizadas como “meio de criar percepções de poder e, de modo mais geral, [elas demonstram] ênfase em aspectos iconográficos da autoridade política e cultural” que se quer retratar (BLACK, 2005:41). No caso dos mapas presentes na “Razão do Estado do Brasil”, a intenção também era demonstrar o esforço dos colonos na manutenção daquela parte do Império, demonstrando um dos sentidos da colonização, qual seja, a troca de favores entre vassallos (auxiliando no processo de conquista) e reis, (ao atenderem as petições).

Ambrósio Fernandes Brandão apresentou um discurso ainda mais tangente com relação ao importante papel dos colonos para a manutenção do poderio ibérico na América, apesar de algumas críticas à conduta dos mesmos nas Conquistas. Senhor de engenho, sua proximidade com a experiência do sargento Diogo de Campos Moreno, foi, como já dito, ter participado de uma jornada de conquista. Essa experiência certamente trazia aos integrantes uma percepção mais acurada tanto do processo colonizador quanto das necessidades e do trabalho dos vassallos na conquista de novas terras. Além disso, ter um engenho de cana na Paraíba, tornava Brandão um agente direto da produção de riquezas na América portuguesa.

Nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, datado de 1618, Brandônio (o autor da obra) e Alviano (Nuno Álvares, cristão novo acusado, juntamente com Brandão, de blasfemo e herege pela Inquisição nas denúncias da Bahia ocorridas entre 1518 e 1520) discutem em certo momento acerca do trabalho desenvolvido pelos conquistadores de novas terras.

Segundo Brandônio, o “exercício” de povoação deveria trazer “proveitos” a esses homens (BRANDÃO, 1977: 30), mas a forma pela qual os conquistadores estavam povoando o “Brasil” não era do agrado daquele profundo conhecedor das coisas do “Brasil”, já que, apesar da terra ser farta, não era bem explorada adequadamente, principalmente nas questões relacionadas ao abastecimento interno. Todo esse problema era criado pela “negligência e pouca indústria” dos moradores quanto a este tipo de atividade, já que só interessava enriquecer para os homens “haverem de ir para o Reino”, ou seja, voltarem a Portugal. Enfim, mesmo com os problemas apontados com relação à atuação dos vassallos para o melhor funcionamento da colonização da América portuguesa, a essência do processo era, de fato, os colonos “se fazerem ricos [para] Sua Majestade colher mais rendimentos”, sendo que todas as condições favoráveis aos vassallos eram necessárias (BRANDÃO, 1977: 33-34, 121).

Mesmo que o escrito de Ambrósio Fernandes Brandão tenha sido publicado apenas no século XIX, suas ideias podem ser representantes de um pensamento comum entre muitos letrados. Ademais, acreditamos que grande parte desses escritos, indicam representações e idéias “construídas a partir das práticas cotidianas vivenciadas pelos seus escritores”. Ao buscarmos compreender tais práticas e vivências, é possível situar os textos a serem analisados “em uma ampla rede de relações nas quais foram produzidos” (REIS e FERNANDES, 2006: 39). Tais idéias poderiam circular entre meios letrados e iletrados, talvez de forma oral ou mesmo a partir de trechos copiados dos manuscritos originais. Segundo Fernando Bouza, “as notícias que testemunham o contato da população analfabeta com os escritos que não podiam entender por si mesmos são tão abundantes [nos Reinos Ibéricos] que permitem romper as barreiras estabelecidas pela historiografia entre as culturas letrada e iletrada” (BOUZA, 2001: 68).

Ainda segundo o mesmo autor, “forjar a memória das coisas, das idéias e das pessoas através da transmissão do conhecimento dos seus fatos, sentimentos e paixões era um

dos objetivos mais importantes da escrita dos séculos XVI e XVII”, o que muitas vezes também era perpetuado através da tradição oral. “Imagens e palavras faladas” tinham o mesmo potencial dos textos escritos, mas a oralidade “foi exclusivamente convertida numa forma definidora do popular” em oposição à própria escrita e rivalizando na eficácia expressiva. No entanto, nos séculos XVI e XVII, o escrever/ler e o falar cumpriam “a mesma função expressiva, comunicativa e rememorativa (...) não nas mesmas circunstâncias” (BOUZA: 2002, 107, 111 e 115). Nos casos de missão, ou pregação para destinatários que eram em sua maioria analfabetos, a entrada do escrito era feita “sob a forma de leitura alta”. Assim, quando nos referimos aos Sermões do Padre Antônio Vieira, além dessa característica principal, a particularidade está no fato desses escritos terem sido impressos algumas décadas depois de terem sido proferidos. Alguns poucos o foram praticamente no mesmo momento da fala. A associação que podemos perceber é a do doutrinação a partir das questões / tradições locais, tal como era realizado na Europa rural do século XVII. A leitura pública explica o modo como a “cultura letrada alcançava as massas iletradas” (BOUZA: 2002, 116-8). Segundo Luís Filipe Silvério Lima, “o sermão no século XVII, e talvez em grande parte do período moderno, era um dos principais meios de comunicação, circulação de informações e de doutrinação das populações cristãs na Europa e no Novo Mundo”. Tratavam dos assuntos mais diversos, que estivessem em pauta no momento e que parecessem importantes para instruir os ouvintes. Os sermões “servem assim de repertório riquíssimo para desenhar quadros sobre as sociedades (...) nas quais o jesuíta esteve ao longo do século XVII” (LIMA: 2010, p.1). Eles são antes de tudo, fontes de linguagem retórica e de teologia, mas eles também podem ser pensados como documentos históricos. Para Lima, as principais diferenças entre o discurso oral e o sermão impresso podem ser visualizadas a partir de aproximações e hipóteses. Mas a questão central é que a “publicação” das idéias começava do púlpito para a tomada de notas pela audiência, além da circulação de versões manuscritas e até mesmo a continuidade e repercussão do sermão nos círculos de conversas (LIMA: sd, p.1-6). Antônio Vieira proferiu mais de 200 sermões entre 1630 e 1690, aqui tomamos apenas o exemplo de um entre os primeiros sermões proferidos na Bahia. O sermão em questão é datado de 1640 e foi um dos poucos publicados no mesmo ano em que foi pregado. A questão da justiça e da busca pelo equilíbrio na maneira pela qual os vassallos e o

próprio rei deveriam proceder no processo de colonização, também foi assunto recorrente na fala de Vieira: “é pois a doença do Brasil (...) [a] falta da devida justiça primitiva, que castiga maus, como da justiça distributiva, que premia bons. Prêmio e castigo são os dois polos, em que se resolve, e sustenta a conservação de qualquer Monarquia” (SERMÕES, 1690: vol. VI, p. 393).Este é o principal “sentido da colonização” que pode ser encontrado em muitos escritos contemporâneos do período colonial, mas com uma ênfase em especial no século XVII, quando os olhos dos reis ibéricos se voltaram com mais interesse para a América portuguesa.

Na conjuntura em questão, é possível verificar não só o interesse crescente de outras potências pelo Brasil, como no caso das invasões holandesas na Bahia em 1624 e Pernambuco em 1630, mas também a circulação de escritos que apontavam as possibilidades que o “Brasil”representava frente ao Império. Obras como a *Razão do Estado do Brasil* e os *Diálogos das Grandezas do Brasil* foram lidos por letrados como o Frei Vicente do Salvador, que havia presenciado os esforços dos vassallos na expulsão dos holandeses de Salvador em 1625, tal como o também religioso Padre Antônio Vieira. Essa experiência em comum leva a crer que para esses protagonistas da colonização, a questão da justiça distributiva que deveria premiar os colaboradores da manutenção das Conquistas era premente.

Frei Vicente do Salvador escreveu a sua *História do Brazil* em 1627 e esteve presente nos acontecimentos relativos à tomada de Salvador pelos batavos em 1624, da qual Antônio Vieira também participou. Sobre o assunto, Vieira escreveu um relato, no qual chamava os portugueses de “conquistadores da fé” e afirmava que eles haviam tomado as “terras vastíssimas” do Brasil “à custa de tantas vidas e tanto sangue” (VIEIRA, 1955: 96-97). O “Império” ampliado pelos vassallos tinha o intuito principal de estender a fé católica, por isso o significado do Brasil e de sua retomada aos hereges (VIEIRA, 1955: 97).

A religião era parte intrínseca do processo de construção dos territórios ibéricos, e dentro dos vários projetos que existiam para o Império, a questão das potencialidades do Brasil existia em vários autores que escreveram sobre o Novo Mundo. Dessa forma, a *História do Brazil* era “a demonstração de como esta potencialidade (...) estava sendo desperdiçada devido às más políticas da época” (OLIVEIRA, 2008: 11, 13), desperdício que ocorria não só por parte dos colonos que não sabiam aproveitar as

oportunidades da terra, tal como Brandônio afirmara. Para Frei Vicente, o Brasil deveria participar dos projetos para o Império português enquanto “coração” do mesmo e a Corte deveria ser instalada em Salvador, em uma história motivada por seu presente e que prognosticava o tempo futuro (OLIVEIRA, 2008: 84).

Logo no início da obra, Frei Vicente também afirma o problema da ação dos colonos na terra, que a usavam “não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem, e deixarem destruída” (SALVADOR, 2008: 4v). Ao mesmo tempo, não deixa de ressaltar tanto as possibilidades oferecidas na terra quanto o trabalho de povoação feito à custa de seus moradores, para os quais muitas mercês foram concedidas (SALVADOR, 2008: 36).

A questão principal que muitas vezes poderia envolver a decisão voluntária de reinóis habitarem a América portuguesa, era a busca por melhores condições econômicas e sociais, ou a tentativa de refazer suas vidas nas terras desconhecidas. Durante muito tempo, pensavam no dia em que poderiam voltar para Portugal com os frutos conquistados, após terem cumprido o seu papel de “vassalos merecedores” recompensados pela obrigação que a Coroa tinha de premiar pelos serviços prestados à colonização. Este era “um componente indissociável da prática genérica da justiça” no Antigo Regime, e os colonos sabiam muito bem como cobrar as suas recompensas (SALDANHA, :100). Para Maria Beatriz Nizza da Silva, “era preciso o incentivo do prêmio para o vassalo se prontificar a realizar feitos em benefício da Coroa”, mas, tais prêmios dependiam muito do tipo de serviço prestado e da pessoa que o prestava (SILVA, 2005: 10, 77). Todos aqueles que escreveram ou produziram material sobre a América portuguesa tinham plena consciência das condições da colonização, as quais acreditamos que eram, na época, da alçada do “público e notório”.

Por isso, ao considerar a formação de um grupo cultural em meio aos letrados que habitavam ou se interessavam pelo Brasil do século XVII nada mais fazemos do que constatar uma idéia comum sobre as condições, vantagens e desafios inerentes ao processo colonizador. Um processo que não era homogêneo nem previsível, mas que era marcado pelas relações pessoais e pela premiação aos que contribuíssem para o aumento e manutenção do Império. Portanto, o grupo escolhido e analisado neste estudo materializou no papel a circulação de uma idéia comum sobre qual era um dos sentidos

da colonização: o pacto entre partes, realizado sempre na medida do possível e enquanto os interesses conciliassem.

Referências Bibliográficas:

BLACK, J. (2005) *Mapas e História – Construindo imagens do passado*, 1. edição 1997, Bauru, Edusc.

BOUZA, F. A. (2001) *Corre Manuscrito – Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid, Marcial Pons.

BOUZA, F. A. (2002) “Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII”, in *Cultura 14*, Lisboa.

BRANDÃO, A. F. (1977) *Diálogos das Grandezas do Brasil (1618)*. São Paulo, Melhoramentos.

COSTA, C. X. de A. da G. e (1985) *Receita e Despesa do Estado do Brasil no Período Filipino – Aspectos fiscais da administração colonial*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE / Recife.

JUNIOR, C. P. (1968) *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. 1º. Edição 1942, São Paulo, Brasiliense.

LAPA, J. R. do A. (2000) *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo, Hucitec.

LIMA, L. F. S. (2010) “Sermões do Padre Antônio Vieira”, <http://www.brasiliana.usp.br/vieira_sermons> (15/06/2010)

LIMA, L. F. S. (sd) “ ‘Ainda ressuscitados são cadáveres’ os Sermões de Vieira enquanto fonte para o historiador”. Versão modificada da comunicação apresentada no VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas no ano de 2005 (texto datiloscrito).

MAGALHÃES, J. R. (2009) “Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII)”, in *Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material*, São Paulo, O Museu, vol. 17,n. 1, pp. 69-94.

MARANHO, M. F. (2006) *O moinho e o engenho - São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império colonial português (1580 – 1720)*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH – USP.

- MORENO, D. de C. (1968) *Livro que dá razão do Estado do Brasil* (fac-similar 1626). Edição Comemorativa do V centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral, Rio de Janeiro.
- NOVAIS, F. A. (1979) *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. São Paulo, Hucitec.
- OLIVEIRA, M. L. (2008) *A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador - História e Política no Império Português do século XVII*. Rio de Janeiro, Versal, São Paulo, Odebrecht.
- REIS, A. R. dos R. e FERNANDES, L. E. de O. (2006) “A crônica colonial como gênero de documento histórico”, in *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Dossiê Crônicas da América II*. Campinas, Gráfica do IFCH, Ano 13 (2).
- RODRIGUES, J. H.(1979) *História da História do Brasil – Historiografia Colonial*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SALDANHA, A. V. de (2001) *As capitânicas do Brasil – Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses.
- SALVADOR, F. V. do (2008) *História do Brasil (Edição e Introdução Maria Leda Oliveira)*. Rio de Janeiro, Versal, São Paulo, Odebrecht.
- SILVA, M. B. N. da (2005) *Ser nobre na colônia*. São Paulo, Editora da UNESP.
- SOUSA, A. O. Q. (2002) “Albernaz, Família”, <<http://instituto-camões.pt/navegaport/b00.html>> (18/02/2010)
- VIEIRA, A. (1955) *A invasão holandesa da Bahia (1624-1625)*. Salvador, Livraria Progresso Editora.
- VIEIRA, A. (1690) *Sermoens do Padre Antônio Vieira*, vol. VI, <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01952580#page/1/mode/1up>> (24/06/2010)
- WILLIAMS, R. (1982) “The Bloomsbury Fraction”, in *Problems in Materialism and Culture*, Londres: Verso Editions.